

# TECNOLOGIA NA ÁFRICA: DESAFIOS, POTENCIAL TRANSFORMADOR E JUSTIÇA SOCIAL

*TECHNOLOGY IN AFRICA: CHALLENGES, TRANSFORMATIVE POTENTIAL, AND SOCIAL JUSTICE*

**Rian da Cruz Biase**

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v3i1.99>

**Resumo:** O artigo discute como a tecnologia, apesar dos desafios enfrentados na África, como infraestrutura precária, acesso limitado à internet e desigualdade educacional, pode ser uma ferramenta poderosa para promover justiça social, inclusão digital e desenvolvimento sustentável. Destaca-se a necessidade de políticas públicas inclusivas, investimentos em infraestrutura e capacitação digital para democratizar o acesso. Além disso, a tecnologia é valorizada como meio de preservar a cultura africana, dar visibilidade às tradições e combater estereótipos. Filósofos como Milovic, Habermas e Castells são citados para reforçar que a tecnologia deve respeitar a diversidade e servir ao empoderamento das comunidades, e não à dominação. Por fim, o artigo defende que o uso consciente e inclusivo das inovações pode transformar desigualdades históricas em oportunidades de autonomia e justiça social para o continente africano.

**Palavras-chave:** Tecnologia na África, inclusão digital, justiça social, preservação cultural, desenvolvimento sustentável, desigualdade educacional.

**Abstract:** The article discusses how technology, despite the challenges faced in Africa, such as poor infrastructure, limited internet access, and educational inequality, can be a powerful tool to promote social justice, digital inclusion, and sustainable development. It emphasizes the need for inclusive public policies, investment in infrastructure, and digital training to democratize access. Furthermore, technology is valued as a means to preserve African culture, give visibility to traditions, and combat stereotypes. Philosophers such as Milovic, Habermas, and Castells are referenced to reinforce that technology should respect diversity and serve the empowerment of communities rather than domination. Finally, the article argues that the conscious and inclusive use of innovation can transform historical inequalities into opportunities for autonomy and social justice across the African continent.

**Keywords:** Technology in Africa, digital inclusion, social justice, cultural preservation, sustainable development, educational inequality.



## Introdução

A tecnologia pode ser um meio de inclusão ou exclusão, progresso ou dominação. Como alerta Miroslav Milovic (2004), a modernidade muitas vezes atua como um processo de nivelamento e apagamento das diferenças, criando identidades homogêneas e reforçando desigualdades estruturais. No contexto africano, esse debate se intensifica: a tecnologia pode empoderar comunidades historicamente marginalizadas ou, se aplicada sem uma reflexão crítica, excluir ainda mais aqueles que não têm acesso aos seus benefícios. (Aguiar; Ribeiro; Queiroz; Machado Filho; Lopes, 2021)

Nos últimos anos, a tecnologia tem desempenhado um papel central no desenvolvimento econômico e social ao redor do mundo, promovendo transformações significativas em diversas sociedades. No entanto, na África, a incorporação de inovações tecnológicas enfrenta desafios estruturais, como o acesso limitado à internet, infraestrutura precária e desigualdade educacional (Duarte, 2021). Ainda assim, a África não se resume às narrativas de pobreza e desigualdade frequentemente associadas a ela. O continente é o berço da humanidade, palco de avanços históricos como a escrita, as pirâmides e inovações contemporâneas, como turbinas eólicas sem lâminas e testes rápidos para doenças como a malária.

Nesse contexto, a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para transformar a realidade africana, promovendo justiça social, preservando narrativas culturais e democratizando o acesso a oportunidades econômicas e educacionais. Ao reconhecer e valorizar as diferenças culturais e sociais, a tecnologia pode contribuir para a construção de uma 'comunidade da diferença', conceito discutido por Milovic, onde a diversidade é vista como elemento fundamental para o desenvolvimento coletivo.

A tecnologia também pode ser entendida como um instrumento para a construção de identidades coletivas

A identidade de projeto ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Através das ferramentas digitais, é possível fortalecer uma identidade de resistência contra a exclusão social e fomentar uma identidade de projeto, que busca transformar a estrutura social africana e promover a justiça

social. Este artigo explora como a inovação tecnológica pode contribuir para o desenvolvimento sustentável na África, com foco na inclusão social e na valorização da rica diversidade cultural do continente.

## **Desafio Digital**

Segundo Milovic, “o sistema isola, atomiza o indivíduo. Por isso seria importante pensar as novas formas da comunicação” (MILOVIC, 2004, p.132). Esse alerta é essencial quando pensamos nas desigualdades tecnológicas na África: a tecnologia deve ser usada para conectar e transformar realidades, e não apenas servir como um instrumento de reprodução das desigualdades do sistema global.

O capitalismo, ao priorizar valores de troca quantitativos em detrimento dos valores de uso qualitativos, muitas vezes conduz a um desenvolvimento tecnológico que ignora as realidades locais. O acesso desigual à tecnologia pode reforçar exclusões sociais, dificultando a participação política e econômica de determinados grupos.

A tecnologia na África enfrenta desafios estruturais que vão além do acesso à internet, Milovic argumenta que a modernidade tende a igualar experiências, apagando as possibilidades da diferença. Portanto, é essencial que as políticas públicas considerem as especificidades culturais e sociais das comunidades africanas, promovendo uma inclusão digital que respeite e valorize essas diferenças.

A falta de eletricidade em determinadas áreas, o déficit de instituições educacionais e os altos custos de conexão são desafios que deixam milhões de pessoas excluídas de oportunidades que as inovações tecnológicas abrem. Para Cristina Duarte (2021) conselheira da ONU, o processo de tecnologia deve ir além do mercado e se tornar um pilar central de políticas públicas e garantir que os benefícios cheguem a todos.

A tecnologia não pode ser tratada apenas como um produto ou serviço comercial, ela deve ser levada além e ser propícia ao povo, as pessoas, tornar o acesso à todos, garantindo que até as pessoas mais vulneráveis tenham as condições necessárias para participar do mundo digital. Isso envolve reduzir os custos de conexão e investir em infraestrutura básica, como eletricidade e internet em áreas mais atingidas pela pobreza e desigualdade, usar a tecnologia para trazer uma boa educação e adequada para essas pessoas com isso promova oportunidades que empoderem essas

pessoas e que possa ter oportunidades iguais a todos os outros que tenha um condição financeira melhor que a extrema pobreza.

Se o governo implementasse sistemas digitais em áreas essenciais como saúde, educação, segurança e administração pública, serviços mais acessíveis e eficientes poderiam transformar a realidade de algumas partes da África e do mundo. Não teríamos tantas lutas contra a fome e por planos de saúde dignos, humanos e educação principalmente, pois a tecnologia avançada de maneira positiva, traria uma gestão mais ágil e transparente dos recursos, melhorando a distribuição e o acesso a serviços básicos.

Na saúde, ferramentas como telemedicina e inteligência artificial seriam fundamentais para otimizar diagnósticos e tratamentos, garantindo atendimento mais rápido, qualificado e personalizado, mesmo em regiões precárias. Mesmo que essas invenções já estejam em desenvolvimento em alguns outros países, permitindo que profissionais de saúde se conectem com pacientes à distância, reduzindo a sobrecarga dos hospitais e clínicas. Essas soluções tecnológicas também impulsionariam a gestão pública, tornando-a mais transparente e eficiente, promovendo maior igualdade no acesso aos recursos. (Venicius, 2022).

Na educação, plataformas digitais poderiam garantir a inclusão de mais alunos e uma formação mais personalizada, reduzindo as desigualdades educacionais. Além disso, no campo da segurança e administração pública, a utilização de dados e tecnologia permitiria uma resposta mais eficiente aos problemas sociais, criando políticas públicas mais eficazes para combater a pobreza e promover o bem-estar da população. Com isso, o desenvolvimento sustentável se tornaria mais viável, contribuindo para a redução das desigualdades entre países e regiões, principalmente em áreas mais carentes (Vasconcelos, Nascimento, Urso Silva, Silva, Frazão, Sousa, Lacerda e Fávero, 2024).

Conforme aponta Duarte (2021) que a tecnologia deve atuar como um instrumento de inclusão social, sendo planejada dentro de políticas públicas abrangentes que promovam o acesso universal e reduzam desigualdades. Para isso, é necessário investir em infraestrutura, capacitação digital e estratégias que tornem o uso da tecnologia significativo para todos, especialmente os mais vulneráveis. Essa abordagem reflete a necessidade de democratizar os benefícios tecnológicos, garantindo oportunidades iguais. A tecnologia, quando orientada para reduzir desigualdades, pode impulsionar a transformação, promovendo justiça social e melhores condições de vida para todos.

A criação de tecnologias adaptadas às realidades africanas oferece novas oportunidades para parcerias entre comunidades locais, universidades e empresas, estimulando a inovação de forma colaborativa. Essas iniciativas não apenas impulsionam o desenvolvimento tecnológico, mas também fortalecem as identidades culturais e sociais ao integrar inovação com a preservação das tradições. Além disso, ao produzir essas tecnologias internamente, é possível reduzir custos e tornar os produtos mais acessíveis às populações em situação de vulnerabilidade, gerando um impacto social significativo e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo.

A visão externa sobre a África, frequentemente limitada a estereótipos históricos que a retratam como um continente pobre, sem infraestrutura ou tecnologia, ignora as potencialidades reais do continente. Essa perspectiva tem raízes profundas em uma narrativa de dependência, que vê a África como um lugar que só pode avançar com a intervenção externa.

No entanto, essa visão está sendo desafiada por novas abordagens locais, como a do presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Akinwumi Adesina, que, em sua visita a Cabo Verde, ressaltou o papel estratégico do país na transformação digital do continente. Adesina destacou a importância do TechPark CV, que busca fomentar a inovação tecnológica e o crescimento econômico, com foco no empreendedorismo jovem e no desenvolvimento de soluções digitais. Projetos como este mostram que a África, longe de ser uma região à margem, está se posicionando como um centro de inovação, gerando soluções próprias e se afirmando como um ator crucial no cenário global. Ao invés de depender exclusivamente da ajuda externa, o continente está tomando as rédeas do seu próprio futuro, com iniciativas que promovem a autonomia e destacam seu papel ativo no desenvolvimento global (Bantumen, 2025).

Hegel via a dominação como parte do processo histórico de amadurecimento do espírito, justificando a colonização como uma etapa necessária para o desenvolvimento de povos considerados “primitivos”. Já Kant, embora também eurocêntrico em certos aspectos, enfatizava a autonomia da razão como princípio universal, o que poderia fornecer bases para uma crítica à dominação hegeliana. No contexto da tecnologia na África, essa diferença filosófica se torna relevante: se, para Hegel, a África estaria presa à natureza e à falta de história, Kant abriria caminho para uma visão onde o progresso tecnológico reforça a autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, Milovic, em *Comunidade da Diferença* (2004) problematiza essa

tensão ao destacar a importância do reconhecimento mútuo e do respeito às diferentes formas de existência e conhecimento. A tecnologia, longe de ser um mecanismo de dominação, deve ser vista como uma ferramenta para a promoção da justiça social, visando a inclusão e o empoderamento das populações africanas. Ela não deve ser encarada como algo que separa, como um muro entre fronteiras, mas como uma ponte que conecta os povos. Se realmente houvesse justiça social, deveria haver mais ajuda e empatia entre os países, já que, apesar das grandes diferenças de tamanho territorial e das divergências nos discursos dos chefes de estado, o que realmente importa são as pessoas. As culturas e riquezas de cada nação oferecem um potencial de cooperação, onde um país poderia ajudar o outro. O foco, portanto, precisa estar no bem-estar das populações, e não nas divisões políticas ou geográficas.

A filosofia de Hegel apresenta uma visão eurocêntrica ao afirmar que a África só alcançaria seu “amadurecimento” por meio da influência externa, especialmente da Europa, que, segundo ele, era a responsável pelo desenvolvimento da África. No entanto, a realidade contemporânea desafia essa perspectiva. Hoje, os avanços tecnológicos estão ajudando a romper com essa dependência histórica, permitindo ao continente africano construir um futuro mais autônomo e superar a visão de Hegel sobre sua subordinação ao Ocidente (Milovic, 2004).

Além disso, a autonomia tecnológica africana é um aspecto crucial para a superação das desigualdades estruturais. Como destaca Duarte (2021), é fundamental que as inovações tecnológicas não sejam apenas importadas, mas também desenvolvidas localmente, respeitando as realidades e potencialidades africanas. Essa independência tecnológica é essencial para que o continente construa soluções próprias, voltadas para suas demandas específicas, e que se liberte de padrões de dependência tecnológica historicamente impostos pelo Ocidente.

## **Tecnologia e a preservação cultural**

Nesse sentido, a tecnologia tem sido uma aliada na preservação do patrimônio cultural africano. De acordo com as reflexões de Milovic (2004) a importância de uma filosofia sensível ao diferente, que não apenas preserva, mas também valoriza as particularidades culturais. Ao digitalizar e compartilhar as tradições africanas, a tecnologia não só conserva, mas

também reafirma a autenticidade e a diversidade dessas culturas no cenário global.

Projetos como a digitalização dos antigos manuscritos de Timbuktu e a documentação das histórias orais de várias comunidades são exemplos de como inovação e cultura podem caminhar juntas, garantindo que as riquezas históricas e culturais do continente sejam valorizadas e transmitidas às futuras gerações. Como a tecnologia ajuda a manter viva a história e a cultura dessas populações. Muitas dessas narrativas, que costumam ser ignoradas ou esquecidas, estão agora sendo registradas e compartilhadas com o mundo, garantindo que as futuras gerações conheçam e valorizem essas tradições (Duarte, 2021).

Habermas e Milovic (2004) compartilham uma visão crítica sobre a tecnologia, destacando que ela não é neutra. Eles afirmam que, enquanto a tecnologia pode promover liberdade e igualdade, ela também pode reforçar estruturas de poder e dominação, dependendo de como é utilizada. Ambos defendem uma sociedade que respeite a diversidade e a identidade do outro, reconhecendo a importância de uma cultura que valorize o pensamento diferente. A tecnologia, segundo essa perspectiva, pode tanto beneficiar a sociedade, promovendo emancipação, quanto ser usada para controlar e manipular, especialmente quando há o medo de perder poder. Portanto, seu uso não é uniformemente positivo ou negativo, mas depende da maneira como é direcionado.

Tanto Habermas quanto Milovic compartilham a visão de que a tecnologia só poderá ser verdadeiramente emancipadora se ancorada em práticas comunicativas democráticas e no respeito às diferenças culturais. Enquanto Habermas defende a “ação comunicativa” como meio de construir consensos livres de coerção, Milovic alerta para a necessidade de reconhecer a alteridade que é sobre enxergar e respeitar o outro na sua diferença, sem impor um jeito único de ser ou viver. Quando falamos de tecnologia e África, isso importa muito. Por muito tempo, se espalhou a ideia errada de que o continente era só pobreza e atraso. Mas hoje, com inovações criadas ali mesmo, por africanos, a tecnologia mostra outra realidade viva, criativa e conectada com as necessidades locais. Ou seja, a tecnologia ajuda a quebrar esse pensamento antigo e reforça a importância de ver a África com outros olhos, com respeito e reconhecimento, assim, a tecnologia deve ser um instrumento de diálogo intercultural e de fortalecimento das identidades diversas, e não um meio de imposição de modelos uniformes de existência.

No caso da *Comunidade da Diferença* (2004) a perspectiva de Habermas pode ser vista como uma crítica ao uso da tecnologia de forma desiguais, no qual as tecnologias são utilizadas mais para controlar e dominar, em vez de empoderar os indivíduos e promover a justiça social.

De maneira complementar, Castells (1999) destaca como a tecnologia pode ser uma ferramenta de fortalecimento para identidades de resistência. Comunidades marginalizadas utilizam as ferramentas digitais para afirmar sua presença e seus valores, transformando-as em meios de resistência cultural e social. Quando bem planejadas, essas iniciativas não apenas preservam tradições culturais, mas também redefinem a posição dessas comunidades no cenário global, promovendo justiça social e inclusão. A criação de tecnologias adaptadas às realidades locais, como as africanas, pode impulsionar ainda mais essa identidade de projeto, integrando cultura e inovação tecnológica, e reforçando uma posição mais justa e inclusiva no contexto global.

Muitas comunidades africanas possuem uma rica tradição oral, na qual histórias, mitos e conhecimentos são transmitidos de geração para geração por meio de narrativas faladas. A tecnologia tem possibilitado que essas histórias sejam registradas em áudio e vídeo, criando arquivos digitais que podem ser compartilhados e acessados globalmente. Esse processo não só preserva essas tradições, mas também oferece ao mundo a oportunidade de conhecer culturas frequentemente ausentes nos meios tradicionais, promovendo uma representação mais justa e diversificada. Outro exemplo é o uso de realidade virtual e aumentada para recriar e conectar o público a ambientes históricos e culturais, como sítios arqueológicos ou eventos significativos da história africana. Essas tecnologias permitem um aprofundamento mais rico, proporcionando uma experiência educativa e interativa, que pode fortalecer o vínculo com a cultura e a história, além de promover uma maior conscientização e valorização do patrimônio africano e também da humanidade.

Essas tecnologias permitem que as pessoas explorem lugares históricos e culturais sem sair de casa, enquanto as imagens digitais ajudam a preservar esses locais para as futuras gerações. Como relatado por uma professora meses atrás, ela participou de um evento online para conhecer as artes de um museu italiano, demonstrando como a tecnologia pode ser usada de forma positiva. Quando bem aplicada, ela tem o potencial de democratizar o acesso à cultura e ao patrimônio histórico. Ao possibilitar que pessoas de diferentes partes do mundo possam explorar sítios

arqueológicos ou eventos culturais significativos sem a necessidade de viajar, essas tecnologias quebram barreiras geográficas e sociais, promovendo uma experiência inclusiva e acessível.

Isso reflete a visão de Milovic e Habermas (2004) sobre a tecnologia como ferramenta de emancipação, quando utilizada para promover a justiça social, inclusão e respeito à diversidade cultural.

Além disso, a preservação digital não se limita a armazenar a cultura, mas também a dar visibilidade a ela. Muitas vezes, as culturas africanas foram marginalizadas ou mal representadas, mas, com o apoio da tecnologia, projetos que documentam tradições, músicas, danças e línguas africanas estão alcançando uma audiência global, promovendo a valorização dessas culturas e dando voz a povos que, no passado, foram silenciados. Esse movimento de visibilidade digital reflete um processo de resistência e afirmação de identidade, que se conecta diretamente com as iniciativas locais em busca de justiça social no contexto africano. Ao integrar as tecnologias ao fortalecimento das identidades culturais, essas iniciativas estão redefinindo as posições das comunidades africanas no cenário global, lutando por um espaço mais inclusivo e justo, onde a diversidade cultural seja respeitada e celebrada.

No próximo ponto, exploraremos a interconexão entre as iniciativas locais e a busca por justiça social, com ênfase no papel fundamental da tecnologia na transformação das realidades sociais e culturais no contexto africano. Analisaremos como o uso de ferramentas digitais pode não apenas preservar e promover as tradições culturais, mas também funcionar como um agente de mudança, oferecendo novas oportunidades de empoderamento, educação e participação política para as comunidades africanas. Dessa forma, a tecnologia se apresenta como um elemento central na reconfiguração das dinâmicas sociais e culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **Iniciativas locais e justiça social no contexto Africano**

Para evitar que a tecnologia reforce a exclusão, é preciso que seu desenvolvimento e implementação na África considerem a diferença, e não apenas uma visão ocidentalizada e semelhante de progresso. Como destaca Milovic (2004) a filosofia deve sair do campo abstrato e se tornar uma força concreta de transformação. Essa reflexão pode ser aplicada à tecnologia:

seu uso deve ser pensado não apenas como um meio de inovação, mas como uma ferramenta de justiça social e emancipação.

Segundo os autores Vieira; Silva; Sena (2024) que destaca iniciativas de mapeamento digital que, além de preservar narrativas locais, servem como ferramentas para expor desigualdades históricas e sociais. Milovic argumenta que a filosofia deve ser uma fonte de transformação concreta, promovendo uma autorreflexão que reconheça e valorize as diferenças. Essas iniciativas digitais, ao dar voz às comunidades marginalizadas, alinham-se a essa perspectiva, promovendo uma justiça social que surge do reconhecimento da diversidade. Por exemplo:

Pensando em um ideal de sociedade, este deveria ser sem distinção de gênero, apoiado nos valores essenciais da justiça liberal e igualitária: igualdade de oportunidades e a importância da escolha individual de cada pessoa. Todos os atores da sociedade têm o mesmo valor, e, portanto, suas ações devem ser em conformidade com a lei beneficiando igualmente a todos. (VIEIRA; SILVA; SENA, 2024, p. 9-10).

No entanto, é importante notar que o impacto dessas tecnologias não é padrão, uma vez que o acesso à internet ainda é profundamente desigual.

Habermas e Milovic (2004) compartilham a visão de uma sociedade baseada na comunicação democrática e no respeito à diversidade, onde a tecnologia pode ser um meio tanto de emancipação quanto de dominação como dito acima. Nesse sentido, o ideal de sociedade descrito por Vieira, Silva e Sena (2024) se alinha com a ideia de um espaço público onde todos os indivíduos possam participar de forma igualitária, sem distinção de gênero, e onde a justiça liberal e igualitária seja garantida por meio do diálogo e da deliberação coletiva. Para Milovic, a inclusão da diversidade na construção desse espaço é essencial, pois só assim é possível superar estruturas excludentes e garantir que todas as vozes sejam ouvidas.

Da mesma forma, Habermas argumenta que a legitimidade das normas sociais depende da participação ativa de todos os cidadãos no debate público. Assim, para que a igualdade de oportunidades e a escolha individual sejam efetivas, é necessário que a sociedade reconheça e valorize diferentes identidades e perspectivas, garantindo que as leis e políticas públicas beneficiem a todos de maneira justa e equilibrada.

A conexão digital pode ser um fator determinante entre inclusão e exclusão social. De acordo com Peiró (2017), 60% dos jovens africanos entre 15 e 24 anos não têm acesso à internet, enquanto na Europa esse

número é de apenas 4%. Esse desequilíbrio reforça as desigualdades estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, dificultando o acesso a oportunidades educacionais, econômicas e culturais. Em regiões afetadas por conflitos, como Iêmen, Iraque e Afeganistão, os desafios da digitalização são ainda mais severos, agravando a marginalização dessas populações.

A falta de acesso à internet evidencia que a desigualdade não se limita apenas a fatores econômicos ou educacionais, mas também à infraestrutura digital. Em locais onde a maioria dos jovens permanece offline, as possibilidades de crescimento e a inclusão social estão profundamente comprometidas. A exclusão digital amplia a distância entre países ricos e pobres, limitando o desenvolvimento e perpetuando a desigualdade. Para comunidades em zonas de conflito, a falta de conexão não é apenas um problema tecnológico, mas uma barreira adicional que restringe o acesso à informação e às redes de apoio globais.

Mesmo em países com avanços tecnológicos, a desigualdade digital persiste devido à má gestão e ao planejamento ineficiente das autoridades. O acesso à tecnologia, por si só, não garante inclusão se os recursos não forem distribuídos de forma justa ou utilizados estrategicamente para beneficiar quem está em situação de maior vulnerabilidade. Quando apenas uma parte da população, geralmente a de classes mais altas, é favorecida, as desigualdades se aprofundam. É essencial que os avanços tecnológicos também contribuam para reduzir essas diferenças, criando condições mais equilibradas e garantindo oportunidades reais para que todos possam viver com dignidade. A ausência de políticas eficazes para democratizar o acesso digital perpetua a exclusão de comunidades marginalizadas, deixando ainda maior a diferença entre quem está incluído e quem está de fora no contexto social (Grossi; Costa; Santos, 2012).

Diante dessas barreiras, torna-se essencial o desenvolvimento de iniciativas globais que promovam a inclusão digital como um direito fundamental. Sem ações concretas, a tecnologia pode aprofundar desigualdades preexistentes, mantendo diversas comunidades isoladas e sem acesso às oportunidades oferecidas pelo mundo digital. Para que a tecnologia seja verdadeiramente emancipatória, é necessário um compromisso coletivo que assegure sua acessibilidade a todos, reduzindo disparidades e promovendo uma sociedade mais justa e integrada.

## Considerações finais

A tecnologia apresenta um imenso potencial para impulsionar transformações sociais, culturais e econômicas não só na África, mas no mundo inteiro, conforme destacado por Milovic, é fundamental que essa transformação reconheça e valorize as diferenças, evitando a imposição de uma visão única de identidade. Ao promover uma inclusão digital que respeite as especificidades culturais e sociais, a tecnologia pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade é vista como uma riqueza e não como um obstáculo.

E foi assim que este artigo nasceu a partir da observação de um banner que destacava as riquezas da África em seus diversos aspectos. A partir daí, durante as pesquisas e conversas, percebi como ainda é comum a associação da África a estereótipos negativos de pobreza extrema, fome, falta de tecnologia e ausência de condições de vida digna. Quando eu compartilhava informações que mostravam o lado positivo do continente, como suas inovações tecnológicas, diversidade cultural e histórica e potencial econômico, as pessoas geralmente se espantavam. Muitos ainda acreditam que o aumento da migração de africanos para o Brasil, por exemplo, significa que aqui é “melhor em tudo”, especialmente na educação, que o exemplo da universidade, Mas será mesmo? Precisamos olhar para o contexto geral antes de tomarmos maneiras tão variadas de enxergar a realidade, muita das vezes complexa.

A África é um continente vasto e diverso, rico em recursos naturais, línguas, tradições, saberes ancestrais e iniciativas locais de inovação. Sua juventude tem se destacado em áreas como tecnologia, arte, ciência e empreendedorismo, desafiando uma visão antiga e limitada. Reduzir toda essa complexidade a um retrato de miséria é ignorar sua verdadeira potência. É preciso romper com essa narrativa ultrapassada e enxergar a África a partir do respeito às suas particularidades, reconhecendo sua autonomia, suas lutas e, principalmente, suas conquistas.

Nesse sentido, Milovic (2004) adverte que a modernidade tecnológica, ao buscar padronizar identidades e modos de vida, pode reforçar novas formas de dominação cultural. Portanto, para a África, o uso da tecnologia deve evitar a repetição de lógicas coloniais disfarçadas de inovação. É essencial construir um processo tecnológico que respeite as diferenças e valorize as identidades locais, fortalecendo a autonomia cultural e política dos povos africanos. Assim, a transformação tecnológica

deve se dar dentro de um modelo que promova diversidade, justiça social e reconhecimento das múltiplas formas de existência.

Além disso, tecnologias como digitalização e realidade virtual têm desempenhado um papel essencial na preservação cultural e histórica, evidenciando a rica diversidade africana e trazendo visibilidade às suas tradições muitas vezes marginalizadas. Essas ferramentas não apenas preservam a herança cultural, mas também promovem o orgulho e o reconhecimento das comunidades locais no cenário global. Muitas coisas que antes eram escondidas ou ignoradas estão, hoje, sendo reveladas por meio das tecnologias e dos novos discursos. Essas mudanças estão quebrando barreiras antigas, como a ideia equivocada de que a África é um continente sem utilidade ou marcado apenas pela extrema pobreza. Aos poucos, a África está retomando a expansão e o reconhecimento que sempre deveria ter tido.

O avanço tecnológico no continente é também uma oportunidade de reimaginar o futuro com soluções adaptadas às realidades africanas. A adoção de estratégias inclusivas e colaborativas pode transformar desigualdades históricas em oportunidades de empoderamento, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Quando bem direcionada, a tecnologia pode ser uma forte razão do progresso, promovendo desenvolvimento sustentável e valorizando o potencial humano em toda sua diversidade. (Aguiar; Ribeiro; Queiroz; Machado Filho; Lopes, 2021)

Afinal, como aponta Milovic (2014) “viver no mundo significa saber o que é o mundo”. Essa afirmação nos convida a refletir sobre a importância de reconhecer a diversidade global e a interdependência entre os povos. No contexto da tecnologia na África, isso é especialmente relevante: o continente, muitas vezes marginalizado por discursos eurocêntricos, possui um enorme potencial transformador. Precisamos entender que nenhum país existe isoladamente, todos dependem, de alguma forma, das riquezas, dos conhecimentos e das contribuições uns dos outros. A troca de tecnologias, ideias e recursos é fundamental para o progresso coletivo. Por isso, conhecer e valorizar o que acontece na África é parte essencial de compreender o mundo e promover uma justiça social verdadeira e global.

E isso exige uma abordagem crítica e consciente do impacto da tecnologia. Se a modernidade, muitas vezes, impõe modelos únicos e generalizantes de desenvolvimento, é essencial que o avanço tecnológico na África seja construído com base na diversidade cultural e social, respeitando as diferenças e promovendo a inclusão.

A grande questão que se coloca, então, é: será que as estruturas globais estão realmente preparadas para que o mundo possa valorizar caminhos de desenvolvimento diferentes dos modelos tradicionais do Ocidente? Ou continuaremos reforçando desigualdades, mesmo sob o discurso da inovação?

Essa reflexão nos convida a repensar não apenas o papel da África no cenário tecnológico mundial, mas também os nossos próprios entendimentos sobre progresso, colaboração e justiça social.

## Referências

AGUIAR, Bárbara de Oliveira; RIBEIRO, Lucas Moreira; QUEIROZ, Ludmila Laiara de Oliveira; MACHADO FILHO, Mário Pereira; LOPES, Samuel Lucas Machado. A ordem do mundo e a ausência de pensamento crítico sob o enfoque do professor Miroslav Milovic.

**Filosofia Arcos**, 2021. Disponível em: <https://filosofia.arcos.org.br/a-ordem-do-mundo-e-a-ausencia-de-pensamento-critico-sob-o-enfoque-do-professor-miroslav-milovic/> Acesso em: 29 mar. 2025.

BANTUMEN. **Bad Tech Park**: A importância de Cabo Verde no futuro digital da África. 2025. Disponível em: <https://www.bantumen.com/artigo/bad-tech-park-cv-akinwumi-adesina/>. Acesso em: 15 maio 2025.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 2 - O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 22-37.

DUARTE, C. África, rumo à digitalização. **ONU News**, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1752412>. Acesso em: 02 dez. 2024.

GROSSI, M. G. R.; DA COSTA, J. W.; DOS SANTOS, A. J. A Exclusão Digital: O Reflexo da Desigualdade Social no Brasil. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 2, p. 68–85, 2013. DOI: 10.14572/nuances.v24i2.2480. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2480>. Acesso em: 15 maio. 2025.

JUNGES, Márcia; MACHADO, Ricardo. Contemplar para compreender, entender a si mesmo para fazer o bem. **IHU Online**, 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5391-miroslav-milovic-3> Acesso em: 29 mar. 2025.

Milovic, Miroslav, 1955. **Comunidade da Diferença**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ijuí RS: Unijuí, 2004- (Conexões; 21)

PEIRÓ, P. Acesso à tecnologia: o novo indicador de desigualdade. **El País, Madri**, 11 dez. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/05/tecnologia/1512475978\\_439857.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/05/tecnologia/1512475978_439857.html). Acesso em: 03 dez. 2024.

Vasconcelos, W. E. de, Nascimento, J., J. L. A. do, Urso Silva, A. A. Silva, G. G., Frazão, G. M., Sousa, T. S. R. Lacerda, F. M., & Fávero, C. H. (2024). Inclusão Digital na Escola: como a Tecnologia apoia a Tecnologia Inclusiva na Contemporaneidade. **Revista Brasileira De Filosofia E História**, 13(4), 4576–4582. <https://doi.org/10.18378/rbfh.v13i4.11150>.

VINICIUS. Inteligência artificial na saúde: entenda as principais aplicações. **Portal Telemedicina**, 2022. Disponível em: <https://portaltelemedicina.com.br/inteligencia-artificial-na-saude?>. Acesso em: 15 maio 2025.

VIEIRA, G. de M.; SILVA, F. C. G. da; SENA, P. M. B. Projetos de humanidades digitais e justiça social no contexto africano. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 17, p. 1-22, 2024.